



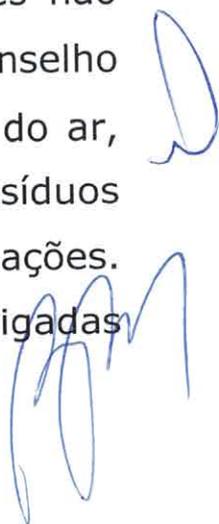
Ata da Reunião Ordinária
Horário de Início: 14 horas
Local: Auditório Data: 11/08/21
do 7ª andar do Paço Municipal

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quatro minutos, o presidente Manara dá início a plenária do COMAM, cumprimenta a todos pela presença na plenária também aqueles que estão participando em via remota. Informa que na plenária temos uma presença ilustre, a visita de Cláudio Scalli, presidente da Anamma São Paulo. Ele irá apresentar o assunto que referente ao consórcio ambiental. Tenho a honra de participar como diretor pelo Vale do Paraíba, que é uma associação que congrega os secretários municipais de meio ambiente do Brasil inteiro, que tem pautas interessantíssimas, muito importante, e também conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Manara agradece a Cláudio Scalli por atender o convite. Ricardo Law pede uso da palavra para que o COMAM preste homenagem à conselheira da Vale Verde, Sueleide pela contribuição que ela deu para São José dos Campos nas questões ambientais. Manara pede que Ricardo encaminhe por e-mail que tipo de homenagem a uma parceira enorme e tem um legado aqui nesse Comam. Agradece a lembrança e a proposta. Manara segue a reunião perguntando aos conselheiros se alguma consideração referente à ata, nenhuma discordância ou abstenção, ata aprovada por unanimidade. Entrando nos informes, informa

que o primeiro assunto da pauta será apresentado na próxima reunião, com os representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul. Segue solicitando que Ronaldo Madureira apresente a proposta de criação da lei para inibir o uso de madeira ilegal. Mas antes a pedido do nosso vice-presidente, Jeferson Rocha, também colega do Cláudio Scalli no Consema, nos encaminhou um aviso a todos os conselheiros que está aberta a consulta pública do Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo Net Zero 2050. Pede que a secretaria executiva disponibilize para todos consulta pública para contribuírem nessa importante discussão. Aproveita para informar que amanhã a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, vai promover um importante evento, que São José vai participar com o Ponto Rural, com a Sala do Empreendedor Rural, com a Secretaria de Segurança do município. É um evento que vai ter a presença do governador Dória para anunciar, dentre várias ações para o setor rural no estado de São Paulo. Destaca dois que é de grande relevância, as rotas rurais que é uma parceria do estado com o Google, que vai mapear todas as estradas rurais nos municípios paulistas. Nessa primeira fase serão 63 a cada três meses 50 a 70 municípios vão receber essa plataforma, vai ser uma plataforma, e que vai ajudar muito o fomento ao turismo, o escoamento da produção e, no seu desdobramento vai possibilitar que as propriedades rurais tenham um endereço formal. É um programa muito interessante, uma demanda da sociedade rural há muito tempo. E o segundo ponto importante

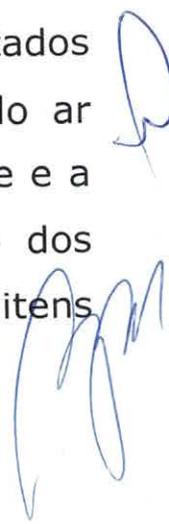


é o Programa de Segurança Rural, que também atende a uma solicitação de muito tempo dos proprietários rurais e que tem reflexo diretamente na questão de fiscalização também ambiental. Então a presença maior, a presença efetiva de policiamento na área rural também inibe degradadores ambientais, por isso que julgo bastante apropriado de estar compartilhando essa notícia com a plenária. O convite está disponível e o acesso a esses programas. Manara passa a palavra a Madureira, que cumprimenta a todos e inicia sua apresentação sobre o Plano de Gestão Ambiental, onde está enviando ação para atender o Programa Município Verde Azul. O Programa Município Verde Azul, é um programa que o governo do estado criou, em 2008, começou em 2009 a sua execução, ele cria uma agenda para os municípios, induzindo uma política, de gestão ambiental. Esse plano e o programa contempla 10 diretrizes, e conseguem abranger os grandes desafios de gestão ambiental de um município. O município sustentável é um tema que tem a questão da agricultura urbana, questão de energia. Ele cobra dos municípios uma estrutura ligada ao meio ambiente. Importante falar que antes desse programa, muitas cidades sequer tinham uma secretaria ou um departamento de meio ambiente, e muitas vezes não tinham um conselho de meio ambiente ativo. Conselho Ambiental, biodiversidade, gestão das águas, qualidade do ar, uso do solo, arborização urbana, esgoto tratado e resíduos sólidos. Cada um desses itens tem cerca de oito a nove ações. A ideia do estado é induzir políticas públicas municipais ligadas



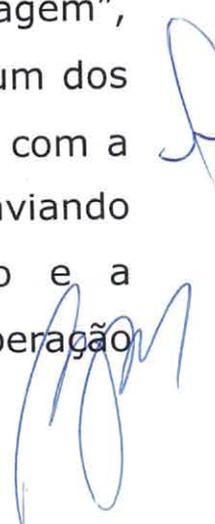
ao meio ambiente. Madureira apresenta através de um quadro o símbolo do programa Município Verde Azul, que é uma engrenagem com corações. São José dos Campos tem a certificação de um Município Verde Azul, é uma evolução do programa desde que ele foi revisto. Essa evolução vem desde 2017 e realmente o esforço de toda a prefeitura, conseguiu em 2020 chegar a 82 pontos, a partir de 80 ganha o certificado de Município Verde Azul. O desafio agora é manter um pouco dessa ideia, de todo esse esforço com ações locais, não só pensar no global. Para simplificar, Madureira vai sintetizar as 85 ações, em três grandes eixos. Segurança alimentar e nutricional, segurança hídrica e segurança energética e ainda cidades resilientes. Com referência a segurança alimentar e nutricional, dos esforços do município, pode se falar das hortas urbanas, que envolvem hortas das escolas, são 55 escolas interagindo; horta nas unidades de saúde, já mais ligado a questão de saúde e nutrição; horta no Centro de Assistência Social, que é mais ligada a segurança alimentar de população mais vulnerável; horta solidária, que é uma parceria com o Fundo Social, são 100 entidades, começamos recentemente, já atendemos três hortas e vai ser expandido; e tem as hortas comunitárias em áreas verdes públicas, que já é mais ligada a cidadania de saúde coletiva e também segurança alimentar. Totaliza mais de 75 hortas nesse universo. São José criou um programa de pomares nativos educativos, pomares da Mata Atlântica e Cerrado. Já são 22 pomares em áreas públicas da cidade, que leva segurança alimentar e também questão da

biodiversidade, de tratar o tema, dos biomas que São José tem. Sistema agroflorestal e abelhas sem ferrão são projetos novos que estamos desenvolvendo e a compostagem, no parque da cidade e agora em São Francisco Xavier e a pretensão é fazer um novo envolvendo a concessionária de energia elétrica. Então tudo isso vai ser enviado para São Paulo, nesse plano de desenvolvido do PMVA, na linha de segurança alimentar. Como ilustração Madureira mostra as várias hortas comunitárias e também a horta educativa no centro de referência no parque da cidade, as abelhas sem ferrão e os pomares. Madureira fala da iniciativa de São José na criação do Ponto Rural, uma iniciativa que conta ponto nos itens ligado à agricultura, à segurança alimentar. O Pronaf com a merenda escolar, que acabou de ser assinado pela Secretaria de Educação, comprando na agricultura familiar, onde pontua também. A criação e a modernização do Fundo Social que modernizou o banco de alimentos, com o Ceagesp. Fica no Galo Branco, recentemente foi feito uma modernização e também atende a segurança alimentar. Segurança energética tem o Programa Energia Verde, que envolve a criar uma base de energia fotovoltaica, para gerar energia para os prédios públicos, e com relação à gestão da geração, na demanda, tem implantação de lâmpadas LED na cidade. Já foram executados 100% na cidade, inclusive na área rural. E qualidade do ar destaca-se o VLP, Veículo Leve sobre Pneus da linha verde e a ciclovia e a arborização. O que já vem pontuando é o dos carros elétricos da frota da Guarda Municipal. São itens



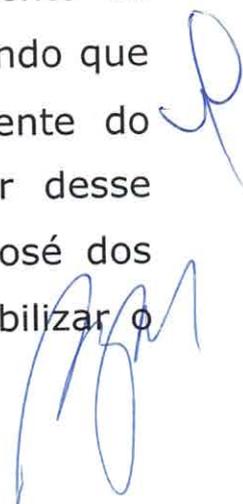
diferenciados que tem pontuado no Município Verde Azul. Segurança hídrica, também gestão da demanda, um programa de uso racional de água, junto com a Sabesp. E sistema de água na arena, foi reformado, tem um sistema de tratamento e reuso, gerando economia. E do lado da geração, em relação às nascentes e as fontes de água, tem o Programa Nascentes na área urbana, pagamentos de serviços ambientais, restauração florestal em São Francisco Xavier, afinidade de ações nesse aspecto. E para ter água de qualidade, o Programa de Saneamento Rural Sustentável, que é a tecnologia da TEVAP e círculo de bananeiras, com 200 sistemas que vão ser implantados em São Francisco Xavier, em processo de licitação. Falando em educação ambiental e coleta seletiva, a Urbam, que tem um trabalho muito importante, além de ter expandido a coleta seletiva em quantidades maiores, aumentou a quantidade de passagem dos veículos de coletiva nas ruas. Hoje 100% das ruas legais de São José dos Campos tem coleta seletiva e o importante é trabalhar agora educação ambiental mais fortemente, porque cerca de 10% separam o seu reciclado. Madureira informa que trabalha também na educação ambiental com a arte reciclagem e a compostagem. O Programa Escola Sustentável, é uma bateria de tecnologia sustentável nas escolas, coleta de água de chuva, horta, brinquedoteca e a ideia é que seja expandida para várias escolas do município. Arborização urbana é um ponto a parte, tem o QR Code de identificação das árvores e o Programa Saúde das Árvores, são dois itens que está sendo enviando.

para o Programa Município Verde Azul também este ano. Importante falar dos PEVs, são Pontos de Entrega Voluntária, que em São José dos Campos agora são Eco-PEVs, desde o começo de gestão. São edificações sustentáveis, com tijolo ecológico prensado, telha de material reciclado, sistema de tratamento de esgoto como aquele TEvap. Os Eco-PEVs são edificações modelos também e a gente pontua num item do Município Verde Azul, chamado "edificação modelo". Tem que ter pelo menos 10 itens ligados à sustentabilidade. A parede e solo em cimento, telha de caixa de lixo reciclado, sistema de saneamento ecológico, área impermeável. Um destaque do Observa, um programa de satélites, que varrem a cidade para a fiscalização, controlando questão de uso do solo e também referência como pro-atividade, temos pontuado. Madureira mostra no telão o Centro de Educação Ambiental no parque da cidade, que congrega a horta educativa, o meliponário, nascente modelo e sala de leitura. A agenda ambiental na administração pública é chamada 3P, e estamos enviando esse ano essa iniciativa que começamos no paço municipal, e também vai pontuar. O Plano da Mata Atlântica e do Cerrado realizado em 2019, meu Pet Feliz é um programa ligado à saúde do animal doméstico, que envolve "chipagem", castração, feira de adoção, uma série de ações, que é um dos itens do Município Verde Azul, ele se preocupa também com a fauna. O Programa de Ciclovias na Cidade, estamos enviando esse ano, referência em São José, o crescimento e a interligação das ciclovias. E, finalmente, a adesão à Operação

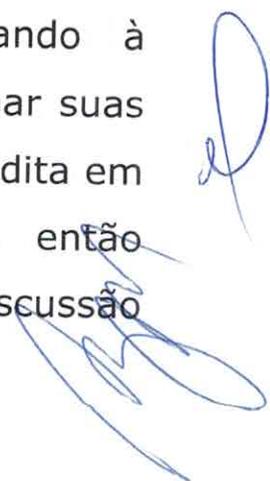


Corta-Fogo e Cidades Resilientes junto com a Defesa Civil, um termo de compromisso com treinamentos importante também. Madureira informa que esses são os itens do Município Verde Azul. Madureira para finalizar sugere que a respeito do item do Município Sustentável, procurar blindar a cidade de madeira ilegal, já que no Município Verde Azul, eles estimulam que se exija a declaração de origem florestal da madeira nativa para quem vai construir. E também do ponto de vista da prefeitura, quando ela fizer uma licitação, ela exigir do fornecedor de madeira, se for madeira nativa, que ele tenha cadastro no Cadmadeira, um cadastro que o estado mantém para fiscalizar as pessoas jurídicas que comercializam esse material. Manara parabeniza Madureira, ao Juarez, toda a equipe da DGA, da Seurbs, que conduziu desde 2017 essa recuperação incrível da pontuação de São José dos Campos, como foi apresentado e certificar o município e a meta é sempre avançar. Abre a manifestação aos conselheiros. Com a palavra Ricardo Law que acredita que poderia discutir alguns tópicos que são muito importantes e muito interessantes. Pergunta quando ficará pronto a linha verde e a previsão de circulação do VLP. Manara responde que a parte estruturante da obra, a previsão é dezembro, tem ainda as questões da estação e a previsão de estarem rodando é para primeiro trimestre do ano que vem. Ricardo pede que Madureira esclareça sobre a questão do Centro de Educação Ambiental. Madureira responde que o Centro de Referência de Educação Ambiental, ele fica no parque da cidade atualmente, tá situado dentro da Casa do Café, tem

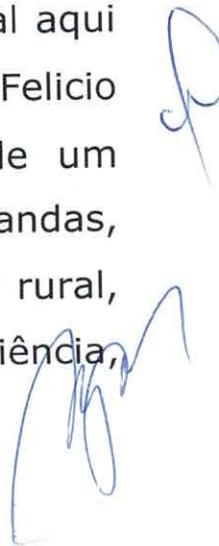
uma nascente modelo ao lado, tem horta educativa anexa a um piloto de compostagem e também o meliponário, que foi implantado ano retrasado lá no parque da cidade com abelhas nativas sem ferrão. E são espaços recebemos grupos de estudantes, principalmente professores, para capacitar multiplicadores. Além disso, está sendo criados espaços de educação ambiental nos PEVs, e os Eco-PEVs, num galpão de 100 metros quadrados. Os PEVs são pontos de entrega voluntária espalhados pela cidade. Manara esclarece que o plano é de um PEV por ano, durante a gestão; teve um problema de escolha de área e depois um problema de afloramento de água questionado pelo Ministério Público, e teve que mudar, mas vai atender os bairros da bacia do Parangaba, que será o quarto PEV, fechando 2020. E já tem outros em processo de escolha para dar continuidade. Com a palavra Juarez cumprimenta e todos, o secretário Cláudio Scalli e o Madureira especificamente por todo o esforço que tem feito para poder elevar essa nota do Município Verde Azul nos últimos dois anos. Um trabalho muito tenso, árduo. Como os conselheiros puderam ver, são muitos itens, mais de 80 itens a ser trabalhado com estrutura enxuta que temos, parabeniza Madureira mais uma vez e toda equipe do departamento da Divisão de Gestão Educação Ambiental. Segue informando que em março, a empresa Pilkington adotou uma nascente do Programa de Revitalização de Nascentes e a partir desse momento com essa nota, que a Prefeitura de São José dos Campos, conseguiu o Município Verde Azul, e disponibilizar o



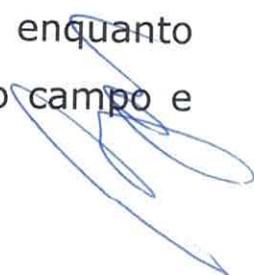
selo do Município Verde Azul para as empresas parceiras. Todas as empresas de capital aberto, tem que apresentar na bolsa de valores um relatório de sustentabilidade anual, e isso pode agregar um valor significativo para as empresas se elas forem parceiras do município nos projetos de sustentabilidade. Então a partir desse ano todas as empresas que forem parceiras, é um estímulo, do município, especificamente no programa de revitalização das nascentes, ela poderá usar esse selo do Município Verde Azul. Está em conversa com a Uniodonto e a Visiona, se há interesse de adotarem nascentes do nosso município. Manara agrade Juarez, lembra que é um programa da adoção de nascentes e bastante interessante. Informa também, que agora na segunda-feira o Teles e o Derik conduziram uma reunião de esclarecimento sobre o edital, o primeiro edital do Funcam, abrindo, disponibilizando, democratizando acesso aos recursos do Funcam, para entidades que tenham bons projetos em São José dos Campos. Foram seis entidades que participaram, lembrando a todos que aprovamos nessa plenária, na reunião passada, seis eixos temáticos, que vai fauna silvestre, educação ambiental, agricultura urbana. Enfim, seis temas, e esse edital está aberto nessa segunda ocorreu a reunião de esclarecimento, bastante interessante, muito oportuna. Mas sempre colocando à disposição para os conselheiros que queiram encaminhar suas dúvidas, porque é o primeiro edital. É uma iniciativa inédita em termos de conselhos de meio ambiente municipal, então queremos ouvir os conselheiros, participando dessa discussão



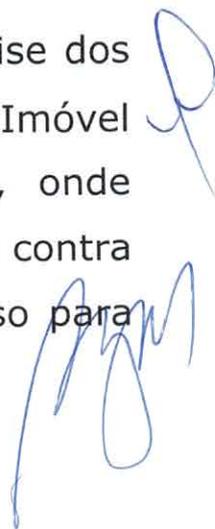
e dessa construção, porque é uma aprovação nossa. Não é uma iniciativa da prefeitura, da secretaria, é uma iniciativa do Comam. Comunica que tem um exemplar do livro Nascentes para cada conselheiro, o livro que retrata o que Juarez falou, um programa belíssimo de duração continuada, um exemplo de um programa, na gestão pública e que hoje nós estamos com trinta e cinco nascentes já atendidas nas áreas urbanas. O livro está disponível para conselheiros. Manara na sequência convida Vinícius do Ponto Rural e também da Sala do Empreendedor Rural para apresentar esse programa belíssimo que está se tornando uma referência. O secretário de Agricultura do estado esteve visitando, levou ao conhecimento do governador para que o governo do estado apresente uma proposta para todos os municípios nessa linha. Essa dia já está sendo executada por outros quatro municípios, Monteiro já implantou, conversamos com o prefeito de Pindamonhangaba, daqui a duas semanas lançará. Muito legal a iniciativa e Sala do Empreendedor, complementando os esforços desse resgate histórico de São José dos Campos com o setor rural. Com a palavra Vinícius que cumprimenta a todos os conselheiros, o presidente Manara, convidados, e a todos os que estão do outro lado lá do *chat*. Inicia falando da realidade do rural aqui em São José dos Campos e que nessa gestão do prefeito Felício Ramuth, o Ponto Rural, nada mais é que a ideia de um Poupatempo rural. Seria um local onde todas as demandas, burocráticas que envolvam as necessidades do produtor rural, sejam dirimidas em um lugar só, de preferência com eficiência,



celeridade e principalmente humanização no tratamento com produtor rural. O produtor rural, sempre teve alguma dificuldade em ser atendido pelo poder público, porque geralmente a mão do estado foi muito fiscalizatória, um pouco mais firme e o produtor rural, muitas das vezes, dentro da sua singeleza, encontrou dificuldade de comunicação. Então nós levamos essa questão também em consideração para que o Ponto Rural fosse um local de receptividade para os produtores rurais. Que eles entendessem e encontrassem naquele lugar um local de acolhimento, onde eles pudessem ser ouvidos, tecerem as suas críticas e principalmente serem atendidos em suas necessidades mais básicas que envolvam a sua produtividade rural. O Ponto Rural é um projeto de sucesso, porém é um tema urgente e podemos entender que 68% do município é zona rural e não dá para uma cidade, que caminha a passos largos da tecnologia na expansão industrial, ter investido tão pouco assim na zona rural. Quando se falava em zona rural pensava-se apenas em manutenção de estradas, mas tudo isso vai muito mais além, então com a preocupação em atender o produtor rural, em levar incentivo, direcioná-lo tecnicamente, também existe a proteção e a preocupação ambiental. A zona rural do município, praticamente perfaz toda a zona de cabeceira, onde há recarga de aquíferos e aonde os núcleos simbióticos vêm se desenvolvendo dentro, já que não é nem rural, nem urbano. Mas eles têm as dificuldades de ambos. O Ponto Rural começou com o projeto do Zé Dimas enquanto vereador, e a sensibilidade em atender o homem do campo e

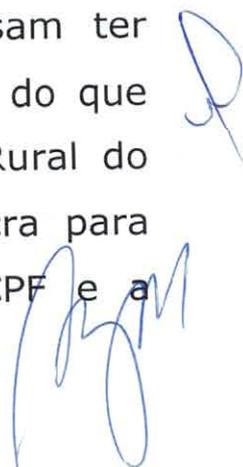


criar esse projeto partiu dele, desde então começamos a trabalhar. Vinícius entende que a preocupação com as questões ambientais, elas vão muito além só das licenças que são emitidas pelos órgãos ambientais, mas para que esses impactos ambientais na zona rural diminuam e, quiçá, um dia cessem, é necessário que o produtor rural esteja lá produzindo, porque senão ele morre, os filhos vendem a terra para um especulador, vai fatiar isso em, em glebas de 1000 metros, 500 metros e fazer as famosas chácaras de recreio, onde eles não terão documentação aprovada e muito menos o saneamento. Então é uma questão, urgente a ser tratada no município. Não só com a mão fiscalizatória do poder público, mas também com o incentivo de que essas famílias permaneçam no campo produzindo para que não haja riscos dessas propriedades tornarem-se núcleos simbióticos, por assim dizer. Baseado em tudo isso criou-se o Ponto Rural, nós expandimos o atendimento para o lado norte extremo da cidade no Alto da Ponte, na região norte, e também criamos um Ponto Rural em São Francisco Xavier para que os produtores não precisassem se deslocar até aqui a nossa região. No telão Vinícius mostra foto do local onde está instalado a sede e também um escritório regional avançado do Incra, onde através de um funcionário federal, um perito agrário, é feita toda análise dos documentos relacionados ao Certificado de Cadastro de Imóvel Rural. E existe uma importância fundamental nisso, onde desenvolve-se no Ponto Rural vários serviços, vacinação contra raiva, febre aftosa, brucelose e agora "manquinha", isso para



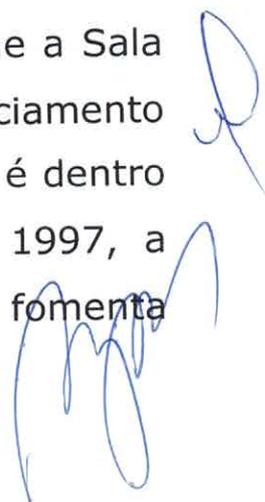
todo o rebanho do município, um serviço gratuito para os pequenos produtores. A gente recebe a coleta de solo e encaminha para o laboratório para fazer análise e correção de acidez do solo. A emissão de CNPJ de produtor rural através do apoio da Sala do Empreendedor ocorre no Ponto Rural; plantão ambiental rural, onde direcionamos os produtores para boas práticas, para que eles não corram o risco de sofrer fiscalização ambiental e continuem produzindo sem ter incômodo ou mesmo em caráter informativo. A declaração de vacinação é um ato expressamente importante onde o produtor rural, além de vacinar o gado, ele é obrigado a provar para o estado que ele vacinou, só que isso ocorre através de um sistema eletrônico, do Gedave, do governo do estado e o produtor tem uma dificuldade muito grande em operar esse sistema, então nós fazemos essa declaração da vacinação; emitimos a nota fiscal da vacina e a declaração para os produtores rurais. Na última campanha, tivemos 490 declarações, isso traduzindo em cabeças de gado em torno de 4000 cabeças de gado vacinada pela prefeitura na última campanha num total 12.000 cabeças. A patrulha agrícola é um convênio do governo do estado onde a prefeitura leva tratores e implementos para os pequenos produtores terem condição de fazer o melhoramento do solo para poderem praticar as suas atividades. A emissão da GTA, que é a Guia de Trânsito Animal, os produtores antigamente se deslocavam para Caçapava para emitir quando eles fossem vender um gado. Agora São José faz essa função de emitir o GTA e também faz a atualização do CCIR, que é o Certificado

de Cadastro de Imóvel Rural. Qualquer transação imobiliária que é feita através de um imóvel, é necessário que se atualize o cadastro no Incra e isso acontecia antes do Ponto Rural no Incra de São Paulo, levava-se de oito meses a um ano e meio para se fazer uma atualização de cadastro; hoje no Ponto Rural, com a nossa classificação de Poupatempo Rural, isso acontece em menos de 24h. Em menos de 24h mais de 3000 propriedades, desde a abertura do Ponto Rural até hoje, tiveram atualização de cadastro no Incra ou transferência de titularidade. Sem esse CCIR a pessoa não consegue fazer nada no cartório. O pai morreu, vai fazer a divisão ou vai vender terra, ou vai comprar terra, isso não acontece sem o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, Incra. Vinicius mostra na tela um exemplo do que seria o CNPJ de produtor rural; identifica-se o produtor e quais são as suas atividades. Com esse cartão de produtor rural, o produtor tem acesso a vários benefícios que a lei o garante, para comprar insumos, tem desconto, tem exclusão de ICMS na energia; linhas de crédito de financiamento para estruturar a sua propriedade. Então o CNPJ de produtor rural, hoje, é um item fundamental e a maioria dos produtores rurais de São José não tinham esse CNPJ. Eles eram produtores de fato, mas não gozavam do direito que a lei, os garantem para que eles possam ter benefícios na sua produtividade. Esse é um exemplo do que seria o CCIR, o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural do Incra. Nesse documento atrela-se um código de Incra para aquela propriedade e a amarração geográfica, o CPF e a



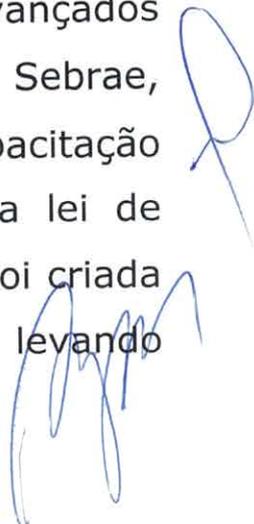
dimensão dessa propriedade. Mas o que garante a propriedade desse imóvel é a certificação de que esse imóvel está vinculado àquele CPF é o CCIR. Isso acontecia e levava-se de oito meses a um ano e meio para ter esse documento quando se dava entrada em São Paulo. Hoje em menos de 24h isso acontece no Ponto Rural com todas as prerrogativas legais aí determinadas pelo Incra. Vinicius informa que é apenas um exemplo do que seria a página da Defesa Agropecuária, onde faz o lançamento das vacinas, como se fosse um saldo, uma conta bancária onde o produtor tem o seu rebanho. Então lança as vacinas, e conseguimos legalizar a vida do produtor rural, principalmente com a sanidade bovina. São José dos Campos foi a maior bacia leiteira do estado de São Paulo e poucos sabem disso, uma cidade que o apelo da tecnologia sempre falou muito alto e durante décadas o produtor rural ficaram as margens da cidade. Fomos à contramão durante muitos anos e hoje através desse projeto do Ponto Rural, temos visto que está ocorrendo um crescimento na produtividade agropecuária com técnica em áreas menores com resultados maiores. Isso se dá ao esforço de uma ação conjunta do município com o governo do estado e o governo federal. As commodities salvam PIB do país, mas quem põe comida na nossa mesa é o pequeno produtor rural, então eles são uma categoria familiar, que precisa do nosso apoio, precisa do nosso incentivo. E se eles continuarem em suas propriedades, produzindo, eles serão, pessoas com mais dignidade e nós teremos ganhos ambientais para nosso município. O próximo passo é a certificação dos produtos de

origem animal, a serem legalizados e regulamentados pelo Município. Essa parte eu vou deixar pra Sala do Empreendedor. Vinicius finaliza a apresentação agradecendo a todos. Manara agradece mais uma vez Vinicius e chama a atenção para essa iniciativa do Ponto Rural, dado o sucesso que vem atingindo e a repercussão muito positiva desses trabalhos, que já está sendo replicada em outros municípios até com a mesma identidade. Os municípios pediram para São José dos Campos liberarem inclusive o nome e toda essa identidade visual. Monteiro Lobato já implementou, Pindamonhangaba, Jacareí e Igaratá, já solicitaram a São José dos Campos para implementar o mesmo modelo. Estamos com a Sala do Empreendedor. Com a palavra Lincoln Delgado tem conhecimento que o PNMAR, tem um conselho gestor, mas gostaria de ter oportunidade só de colocar duas questões mais urgentes e que não dependem, obviamente, inclusive das obras que estão sendo feitas; nem que seja no final, em termos informes, colocar, já que foram questões debatidas no Comam e a época em que foi presidente e que se perderam no tempo gostaria de resgatar. Manara concede a palavra a Ronaldo da Sala do Empreendedor que cumprimenta o presidente da mesa, secretário Manara, os convidados, os diretores presentes e inicia sua apresentação, onde irá tecer alguns poucos comentários. Informa que a Sala do Empreendedor, é onde se emitem os alvarás, licenciamento para as empresas de grande, médio e pequeno porte; é dentro da Secretaria de Urbanismo que ela foi criada em 1997, a primeira do país; agiliza abertura de empresa e fomenta



empreendedorismo, ela é reconhecida como uma referência nacional. Compartilhamos conhecimento, legislação e as ferramentas de trabalho com várias Salas do Empreendedor existentes pelo país, fora do estado, e, enfim devido a esses resultados no dia 28 de julho, a Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade promoveu, um encontro chamado São José Município Agro. Isso é um primeiro reflexo que evidencia aquilo que o Secretário Manara comentou quando ele assumiu a gestão da pasta de Secretaria de Urbanismo; que ele iria buscar uma atenção maior do poder público para o rural. É aquilo que o Vinícius já falou 68% do território é rural, nós entendíamos já que havia essa necessidade de ter um olhar especial para o rural. Esse evento contou com a participação de 29 prefeitos aqui do Cone Leste, e diversos secretários de agricultura, secretários de urbanismo e sustentabilidade; a presença de várias autoridades do meio do negócio agro e contou a presença do nosso secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Itamar Borges. Em pleno dia do agricultor, tinha mais de 500 cidades para atender e ele escolheu estar em São José, reflexo do que está acontecendo. Lá foram apresentados os projetos do Ponto Rural, a ideia do Ponto Rural através da Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico, sobre a coordenação do Vinícius e vários municípios têm conseguido aprender com a gente como montar um Ponto Rural, aprender com a gente como montar uma Sala do Empreendedor rápida, onde a gente libera alvará em menos de um dia. O Tempo médio de concessão e

constituição de um MEI, Microempreendedor Individual, onde se encaixa também o produtor rural, em média 50min a 1h10, ele entra pessoa física sai pessoa jurídica podendo emitir nota, participar de licitação e tudo o mais. E vários municípios inclusive receberam gratuitamente da Prefeitura de São José dos Campos até a-a, a autorização para usar a logomarca, as cores, o *layout* do Ponto Rural. Foi compartilhado toda a legislação, todo o fluxograma de processo, para que outros municípios também consigam abrir uma empresa, produtor rural ou empreendedor comum, num prazo muito curto. A Sala do Empreendedor, ela emite o alvará para produtores rurais e para empreendedores comuns; entendemos que a necessidade de ter o posto avançado da Sala do Empreendedor, ou seja, a Sala do Empreendedor está mais próxima agora do produtor rural, com ações como, manter um servidor dentro do posto do Ponto Rural da zona norte, e no Ponto Rural de São Francisco Xavier onde atendemos as demandas e as necessidades do pequeno produtor. O fato é que a grande maioria deles não sabe se virar sozinho, então pegamos pelo braço e ensinamos a emitir a nota fiscal, e damos todo o suporte tanto aqui no quarto andar do Paço Municipal como nos postos avançados. Temos mais três postos em estudo e esses postos avançados contam ainda com um convênio que nós temos com o Sebrae, onde é ofertado uma, uma gama de cursos de capacitação gratuitos. Através da Lei Municipal 10.294, que é a lei de reestruturação administrativa da, da prefeitura, onde foi criada a Divisão de Desenvolvimento Rural, está compilando, levando



e dando acesso ao produtor rural aos cursos do Senar, que é do Sistema S. Então cursos como reflorestamento, inseminação artificial, estão sendo ofertados, tem sido um sucesso, a gente percebe a nova geração cuidando das fazendas. Em um curso da semana passada, 90% dos frequentadores eram netos e filhos dos produtores tradicionais da cidade, então muito legal isso. Os cursos são propostos pelo Senai em conjunto com o Sebrae e é uma, é uma coordenação, e está dentro do escopo do Sindicato Rural, onde temos muito apoio do presidente, Renato Veneziani, do diretor Wilson. Ronaldo continua informando das ações de êxito que foi reformular o Decreto SIM. Então nós reescrevemos o decreto que libera o SIM, que é o Serviço de Inspeção Municipal, onde se permite, regularizar todos os produtores que queiram trabalhar com produto de origem animal. Isso permite que o produtor possa colocar o produto dele nas prateleiras do supermercado, padarias. Antigamente ele não podia, era praticamente um clandestino, porque a lei anterior foi feita num outro momento, num outro contexto e foi se tornando difícil de cumprir. O SIM foi reformulado e hoje está dentro da Sala do Empreendedor, mantendo a fiscalização da vigilância sanitária. Tem um número expressivo de novos produtores de mel, queijo, iogurte, entrando que vão conseguir obter o SIM. Fundamental foi o apoio, do secretário Manara e do prefeito Felício Ramuth, quando nos pensamos implantar esse assunto do SIM, não tínhamos estrutura nenhuma, então conseguimos estrutura, um veículo para estar direto no produtor rural, acompanhando.

E eu queria antes de finalizar Ronaldo chama o José Dimas para falar rapidamente da Divisão de Desenvolvimento Rural, porque ele que está à frente, e pode falar rapidamente sobre a expectativa já nos primeiros resultados de um trabalho que nós fazemos hoje. O José Dimas é o chefe dessa Divisão de Desenvolvimento Rural junto com o veterinário Mauro, que incansavelmente, praticamente todos os dias indo para a porteira do produtor rural e oferecendo as ferramentas que temos disponíveis hoje. José Dimas cumprimenta e todos agradece e informa que os trabalhos começaram com a contabilidade interna. Quais são os produtores, quantos são, onde estão e o que produzem. Então nós temos praticamente duas frentes, a frente do SIM, que são cinco passos, visitam os produtores, uma visita prévia, outra visita junto com o médico veterinário, junto com os técnicos, tanto quem vai construir e fazer o prédio. Hoje tem a possibilidade, após a Lei do Zoneamento, do Habite-se, na área rural e a atividade econômica. Uma série de visitas é feita aos produtores com relação ao SIM. Outra frente, nós estamos, com adesão na nossa prefeitura ao programa do estado Município Agro, semelhantemente ao programa Município Verde Azul, nós temos algumas demandas e com isso aqui vamos elaborar políticas públicas para o setor rural. Então, estamos aprendendo, porque nós não tínhamos uma Secretaria de Agricultura. Com o Ponto Rural, estamos ensinando e aprendendo a realidade de se ter um trabalho na área, da agricultura. Lembra que tem grandes desafios, primeiro é a

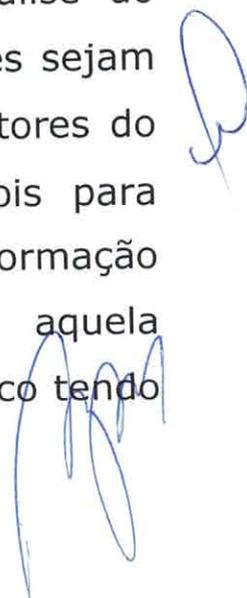
conectividade na zona rural, a questão da manutenção das estradas e também a questão de energia elétrica. Finaliza sua apresentação dizendo que tem uma perspectiva muito grande de poder fazer alavancar e crescer o serviço, que a cidade pode oferecer ao produtor rural. Ronaldo lembra que estará numa reunião, como o secretário Manara no Palácio dos Bandeirantes, com a presença do governador João Dória e vários secretários. Será o lançamento de alguns programas voltados ao agro, é extremamente importante, dar uma devolutiva para os produtores rurais. Informa que tem encontros frequentes com as associações de produtores, como Associação dos Produtores de São Francisco Xavier e outros grupos e o nosso trabalho é realmente de levar todas as ferramentas e entender as demandas e as necessidades do produtor rural, para dar a mesma velocidade e o mesmo nível de excelência de resultado para o empreendedor urbano nos comprometemos a dar para o empreendedor rural. Agradece ao Vinicius do Ponto Rural, que é parceiro em todas as demandas e agradece que uma boa parte como o José Dimas falou do Habite-se Rural, o projeto, a aprovação rural se deve em várias mãos da Secretaria de Urbanismo, mas em especial, ao Rodolfo Venâncio, diretor de obras particulares. Se não fosse o comprometimento dele, a competência e a vontade de ajudar essas ações da Sala do Empreendedor, não estaríamos andando muito assim. Fico à disposição para qualquer outra informação, agradeço a todos pelo tempo. Manara agradece a equipe e principalmente ao José Dimas enquanto vereador,

impacto, então por isso que nós lançamos esse desafio. Manara antes de passar a palavra, agradece imensamente a Anamma na figura do presidente de São Paulo, Cláudio Scalli, da Andrea, o advogado Everton, que possibilitaram que nós trouxéssemos esse desafio para o Vale do Paraíba. Agradecer imensamente a toda a equipe da Seurbs liderada pelo Teles, Derik e Livia, que estão empenhados juntos nessa construção dos estudos necessários e simulações para que pudéssemos também transmitir uma segurança do propósito aos demais prefeitos e demais secretários. Com a palavra Claudio Scalli, cumprimenta a todos e depois de meses já se tornou amigo do Manara e que essa oportunidade de estar apresentando esse trabalho, que há seis meses, conforme o Manara colocou, para esse público seletivo. Claudio inicia sua apresentação, elogiando o trabalho maravilhoso que está sendo feito foi feito pela secretaria e que está enviando um ofício para o secretário da Anamma, solicitando que seja incluída novamente a questão do município verde azul o certificado e que tenham direito ao recurso do Fecop. Esse ofício está sendo discutidas com os demais secretários para colocamos no ar as observações e esperamos terça-feira estar entregando esse ofício. Claudio aproveita a oportunidade para falar um pouco do licenciamento, agradece Manara pela oportunidade, e da importância do licenciamento na área rural. A apresentação foi feita pela equipe do Manara, um trabalho muito conjunto, árduo nesses seis meses. Informa que andou pelo Vale do Paraíba todo praticamente, para levar essa proposta do consórcio que vamos apresentar agora nesse



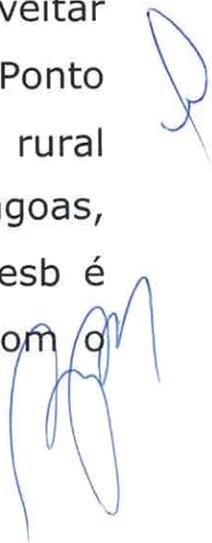
momento. Essa apresentação já foi feita para os prefeitos no dia da assinatura do protocolo de intenções. Ela é dividida em cinco partes, estrutura da agência, produtos e atribuições da agência, o que a agência vai oferecer as análises financeiras, etapa de implementação e assinatura do protocolo. Essa é a estrutura e a ideia é que por orientação do prefeito de São José, que se faça uma estrutura enxuta, e que ela não apresente flacidez para as decisões. Então a assembleia geral é onde decide todas as questões maiores do consórcio, tem uma presidência, que é escolhido entre os prefeitos associados, a sociedade civil, que é composta pelo conselho fiscal, que faz o controle social. Manara intervém e esclarece que são dois representantes de cada Conselho Municipal de Meio Ambiente dos municípios que participam, sendo um representante da prefeitura do município. Claudio continua a apresentação, informando que o consórcio terá o secretário-executivo, que é de livre provimento, a escolha do prefeito, do presidente, no caso e duas diretorias, uma administrativa, e uma jurídica e a outra parte, que é a parte da diretoria, a parte técnica do licenciamento. E abaixo teremos os funcionários, de emprego público. Esse conselho, não é só um conselho fiscal, porque a inicial ela somente tem um conselho fiscal e até por proposta da equipe do Manara, acrescentou-se uma função maior pra esse conselho fiscal. O fato de ter um conselho fiscal é muito importante, mas mostramos um maior controle social. Esse conselho, ele vai ter a função de controle social para saber exatamente o que está sendo feito, ele pode estar pedindo

licenciamento, se tá sendo feito adequado, as prioridades e tudo o mais. O diretor é de livre provimento e vai ser feito escolha pelo presidente e o corpo administrativo a ideia é nos primeiros meses serem cedidos pelas prefeituras para que o município não tenha muita despesa em investimento junto ao consórcio. A segunda etapa será uma seleção pública, contrato temporário, porque não vai dar tempo de fazer concurso, então vai ser feito contratos temporários que poderão ser de um ano e renovado por mais um ano. Por fim será feito concurso público, uma vez que o consórcio segue as legislações que regem o município, toda compra tem que ser feito por licitações e os contratos por concurso, e assim por diante. Manara lembra que é importante a divisão esclarecer a todos, porque uma primeira etapa, os funcionários cedidos pelo município são naquele momento da estruturação. O prefeito Felício já ofereceu um espaço físico para que o consórcio tenha a sede em São José dos Campos, mas precisa chegar até se estruturar. Que o Claudio está vendo a questão de uma plataforma que vai recepcionar os processos eletrônicos. Então isso vai demandar ainda um período. E na primeira leva, por assim dizer, de técnicos, que vão trabalhar na análise do licenciamento propriamente dito, é importante que eles sejam experimentados, por seleção pública para que os gestores do consórcio possam exercitar durante um ano ou dois para entender qual é a demanda prioritária, que tipo de formação profissional é mais interessante, necessário por aquela demanda recebida. E, aí, sim, fazer um concurso público tendo

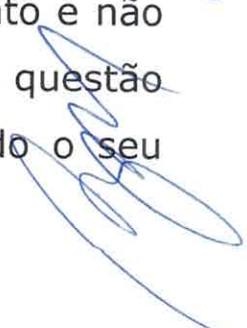


experimentado a grade multidisciplinar necessária para atender ao maior percentual de chegadas e protocolos. Claudio Scalli continua falando sobre os produtos e atribuições da agência, de conformidade com a Lei Federal 440, de 2011, onde ela deixa claro que o município, ele faz parte do Sistema Nacional de Meio Ambiente, ou seja, o município, o estado e o governo federal, são entes federativos que compartilhei com eles numa mesma função das questões ambientais. Por muitos anos, o município foi colocado de lado, então nunca podiam licenciar. E isso aconteceu na saúde, com a criação do SUS, e ficou bem claro que os três entes federativos, eles têm a questão da licença e com a questão ambiental é a mesma. O município ele pode tanto quanto o estado e o governo federal. Porém tem algumas questões e categorias. Temos hoje 62 municípios, que são licenciadores, e a ideia com o consórcio, é juntar todos para conseguir fazer o licenciamento para todos esses municípios, que, no caso, já são 10 fechados com outros municípios querendo aderir. Claudio explica que com a resolução 01 de 2018, o município tinha que fazer um convênio e a justiça barrou, porque é uma atribuição já dada pela Lei Federal 140, essa questão do convênio e resolução 01, que Anamma teve uma participação fundamental onde colocou claramente o que cada município podia fazer. E colocamos na resolução 01, que qualquer município poderia acima de 10.000 habitantes, poderia fazer a mesma coisa que São Paulo pode fazer, ou seja, é o consórcio que vai fazer o licenciamento de alto impacto, independentemente do número. Todos os

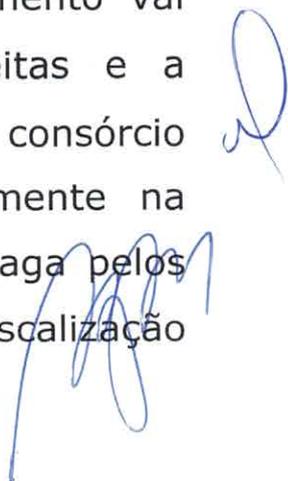
municípios associados vão fazer todos os licenciamentos que São Paulo capital faz. Isso não significa que a Cetesb vai fechar a agência aqui do Vale do Paraíba. A Cetesb tem atribuições que chamamos de impacto regional, por exemplo, Paraibuna vai fazer uma estrada na cidade e essa estrada começa e termina Paraibuna uma ligação de uma via com a outra, um anel viário, então esse anel viário é mesmo que passar em APP, mesmo que tiver supressão de fragmento, ele é licenciado pelo consórcio, porque Paraibuna é uma entidade, um associado do do consórcio. Suponhamos que essa mesma estrada sai de Paraibuna e pega Jambeiro, uma outra cidade, então essa estrada liga um município ao outro, esse licenciamento é feito na Cetesb mesmo se os dois municípios sendo consorciados. Nesse caso, como o licenciamento é feito pela Cetesb, uma vez que os municípios são associados, vai ajudar o município no licenciamento junto a Cetesb. Ele tem essa atribuição também. Todos os licenciamentos que não forem feitos no consórcio, não for feito a nível regional, municipal, o consórcio vai ajudar com a elaboração das documentações necessárias. Os projetos executivos de obras competem aos municípios, mas se tem a questão de grandes impactos compete ao Ibama. Claudio acha oportuno, aproveitar o momento para parabenizar o trabalho excelente do Ponto Rural e que o consórcio vem para ajudar a questão rural também. Todo desassoreamento de rio, de açude, de lagoas, com certeza, é preciso de licenciamento desses na Cetesb é moroso, passa o verão, chega o inverno e não sai. Com o



consórcio vamos ter essa atribuição. Ainda está sendo discutida a resolução 01 e aguardando resposta até o final de agosto. Vamos incluir supressão de vegetação de fragmento e de árvores isoladas na área rural, porque hoje é atribuição da Cetesb. O consórcio vai trazer para si essa atribuição, Claudio acredita que até o final do mês terá essa revisão e o consórcio terá uma função muito grande. Como exemplo importante, a manifestação sobre APP, ela tem uma determinada metragem, e quem faz essa manifestação hoje é a Cetesb. Quando o consórcio tiver juntado com os municípios vão poder fazer essa manifestação, que é muito importante em especial para o pessoal da zona rural. Então só a avaliação dos estudos de impacto ambiental, pareceres técnicos, licenças ambientais, emissão das licenças, serão assinadas, pelo secretário-executivo e a fiscalização, ações de controle e monitoramento dos empreendimentos, licenciado serão feitos pela agência. O consórcio não vai fiscalizar questões licenciadas pelo Ibama, nem pela Cetesb, somente fiscalizará o que for licenciado pelo consórcio e pela agência. E os licenciamentos mais complexos, que é estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental e o mais complexo, um empreendimento, por exemplo, um loteamento de 1000 unidades, normalmente necessita de um EIA/Rima. Claudio vai explicar as análises financeiras, e uma das questões é de quanto o prefeito vai investir no seu município, para ele fazer o licenciamento e não do consórcio. Têm vários motivos, um deles é a questão financeira. O que custaria em cada município fazendo o seu

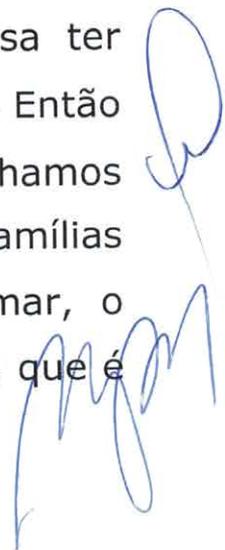


próprio licenciamento. Hoje o consórcio, vai gastar com os 10 municípios fazendo tudo, Cinco milhões, cento e quarenta e oito mil reais. Se cada município fizesse o seu próprio licenciamento individualmente gastaria nove milhões, ou seja, quase o dobro de investimento. Manara lembra que a maioria fazendo somente os licenciamentos de baixo impacto. Outra questão é a rapidez, pois sabemos muito bem que apesar do corpo técnico da Cetesb ser um corpo técnico excelente, mas é de conhecimento de todos, sobre o número pequeno de funcionários. Isso é uma característica de todas as regionais, não é específico aqui do Vale do Paraíba. A ideia, então é a questão, a economia e a rapidez e também do município ter a sua autonomia e da questão do seu licenciamento. E quando tiver compensações ambientais, elas serem discutidas nos conselhos como esse aqui e seja aplicado no município. Quando o licenciamento é feito pela Cetesb, ele não consulta o município onde vai ser a compensação, essa compensação pode ser em obra, pode ser em plantio e pode ser em dinheiro. Então essa compensação também é outro fator importante. E outra questão é das taxas, por exemplo, um licenciamento é feito pela Cetesb, esse recurso vai para o estado. Mas se o licenciamento for feito no consórcio, esse licenciamento vai para o município. Algumas simulações foram feitas e a conclusão é que o próprio município vai ter com seu consórcio e vai ser autossustentável. Uma vitória recentemente na Anamma, no final do mês passado, que é a taxa paga pelos municípios que estão licenciadores de controle e fiscalização



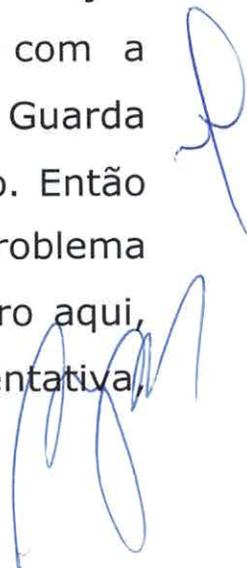
ambiental, uma taxa que todo empreendimento que tem algum impacto ambiental, ele tem que pagar essa taxa. Agora São José terá direito a essas taxas recebidas, será um município licenciador. O valor será recebido por trimestre, esse valor vai ajudar, custeando a despesa com o consórcio, ou seja, como já dito, ele vai ser autossustentável também. Manara complementa a respeito da entrada de receitas, na simulação que o Derik Gestor de Contrato fez. Para projetar essas simulações, é importante informar que os municípios terão três entradas, duas diretas e uma indireta. A primeira entrada, que é a taxa de análise, que hoje se você for submeter qualquer processo na Cetesb, você tem que pagar um boleto. Inclusive a FIESP entrou com um processo na justiça, porque teve mais de 1000% de aumento em determinado momento alguns anos atrás. Essa taxa vem para o município. A segunda entrada é a taxa de fiscalização, que foi uma das bandeiras da Anamma com vitória conduzida pelo Cláudio Scalli em fazer o estado repassar aos municípios a taxa de fiscalização que era repassada ao Ibama. Mesmo aqueles setenta e poucos municípios, que já fazem o licenciamento, não recebiam essa taxa. A terceira entrada é uma questão que é uma grande vantagem também no consórcio, que faz a análise local. Todas as medidas compensatórias a serem ajustadas, elas estarão condicionadas a sua realização no município, gerando emprego e renda, gastos e investimentos, girando a economia também local. Então são esses três tipos de entrada, dois diretos, um indireto. E o formato de participação dos municípios é através

veio à secretaria, de forma insistente para que tivéssemos esse olhar, alinhou com o que nós já tínhamos desde 2017, e já ajustado com o prefeito Felício, que chegaria o momento desse olhar para o rural. Então a secretaria depois da intensidade de um plano diretor, zoneamento, respiramos um pouco para outras políticas públicas. E José Dimas sempre foi um vereador defensor dessa pauta e buscou, nessa estratégia de resultar um ponto Poupatempo rural, que se tornou o Ponto Rural brilhantemente conduzido pelo Vinícius e que agora agrega os nossos esforços dentro da Sala do Empreendedor. Parabeniza toda equipe, pelo desafio e lembra que combinou para que seja tratado esse assunto aqui no Comam, no Conselho de Meio Ambiente, porque, do princípio da sustentabilidade, a questão ambiental é um dos tripés, já falamos aqui nas duas apresentações e os outros dois tripés, que é o social e o econômico. Para que tenhamos sustentabilidade na área rural de São José dos Campos, essa mesma área rural, que hoje contribui com expressiva quantidade e qualidade de água para abastecimento de 30 milhões de habitantes, três regiões metropolitanas, é do maior eixo complexo urbano industrial da América Latina, depende dessas águas, que depende do seu Zé, da dona Maria, que está produzindo e que precisa ter dignidade de vida para produzir e para preservar a água. Então é um tema óbvio de interesse deste conselho, que tenhamos efetivamente desenvolvimento sustentável para essas famílias de moradores na área rural. E nós temos que retomar, o desafio, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que é



outro desafio, agora falando como secretário, não como presidente do Comam. Retomaremos porque a lei já está criada e para consolidar esses esforços, quando assumimos em 2017 não tínhamos nenhuma equipe. Temos dois engenheiros agrônomos, o Juarez e a Graziela, inclusive ela já está em São Francisco Xavier. Contamos com o veterinário Mauro, o Vinícius como engenheiro agrônomo, dois agrônomos, dois gestores, o Ronaldo e o José Dimas, dois administrativos, veterinário, uma equipe com dedicação exclusiva para esses desafios. Então quando não tínhamos ninguém em 2017, assumimos no primeiro mandato sem ninguém para olhar para a área rural. Hoje temos uma equipe se consolidando para esse olhar. Com a palavra o conselheiro Renato Veneziani, que cumprimenta a todos e de forma rápida gostaria de parabenizar a todos os envolvidos por esse trabalho realizado pela prefeitura, que enquanto presidente do Sindicato Rural desde que eu assumi há algum tempo, nunca conseguia viabilizar os cursos do Senai e se não fosse da administração, a ideia do José Dimas e o Manara ter abraçado a causa, de estar agregando e pedindo e solicitando os cursos, não estaríamos disponibilizando esses cursos. Lembra que esses cursos são de forma gratuita, então o trabalho do Ponto Rural é muito importante que essa gestão abraçou essa causa. Coloca-se a disposição, para que tudo o que for necessário. Lembrando que o Ponto Rural atende todas as faixas dos produtores rurais. O Sindicato Rural, ele atende só uma gama de associados. E o Ponto Rural veio para atender principalmente aquele produtor rural que não tem condição,

não tinha uma porta para poder se estabelecer e realizar todas essas etapas, que tão bem o Vinícius apresentou. Agradece e se coloca a disposição. Manara concede a palavra a Lincoln que cumprimenta a todos e tem dois assuntos, o primeiro lembrar que na primeira eleição do Felício, tinha um compromisso de criar uma diretoria de desenvolvimento rural. Lembra que São José dos Campos tem essa extensão territorial muito grande, então é importante todo esse trabalho que tem sido feito reconhecer que 70% do território São José, precisava de um, de um cuidado maior. Um assunto que parece que não tem nada a ver, mas também que foi abandonado no curso do tempo, que é sobre a Guarda Municipal Ambiental. Traduzindo, foi criada a Guarda, depois foi criada a Guarda Municipal Ambiental, e ela se perdeu um pouco no tempo. A Guarda, hoje é a Polícia Ambiental, ela tem a função policialesca, ela vai lá praticamente para dizer: "Olha você fez o problema, tá aqui o auto de infração e se vira." Vejo que o produtor rural às vezes está perdido, numa situação dessas que não estava fazendo nada de má fé, mas muitas vezes sofre um auto de infração. A função da Guarda Ambiental e pegando um pouco o estudo que a gente fez na época, lembra que se debruçou bastante nisso em Campinas, que está avançando com a questão do licenciamento municipal, mas também da Guarda Municipal, que tinha uma função, um caráter educativo. Então ela primeiro fazia uma abordagem de mostrar o problema dizer: "Olha, seu João, o senhor tá cometendo um erro aqui, procure um técnico, e conserte isso" Muito mais orientativa,



educativa do que policialesca. Então essa abordagem da Guarda Municipal Ambiental, lembra que um posto avançado se sugeriu que fizesse em São Francisco Xavier e da Anamma aqui, no sentido de que o município passe a cuidar também e questionar melhor a zona rural. Nesse ponto, então vem a agência municipal e vem também de alguma maneira a Guarda Civil Municipal falando a língua do produtor, a língua de quem está na zona rural de uma maneira mais fácil. Solicita que o tema seja colocado em pauta novamente, porque na época do André Miragaia, surgiu e aconteceu. A Guarda Civil Ambiental, foi criada, mas ela se esvaiu no tempo. Lincoln elogia a iniciativa do Ponto Rural. Manara agradece a Lincoln pelo resgate do histórico, que é muito importante, o caráter educativo, e informa que a pretensão é justamente trazer através do resgate, não no modelo de Guarda, porque a Guarda e a questão ambiental têm ao longo do tempo, consolidado uma visão preocupante, da questão da chegada à propriedade com o cunho fiscalizatório. Então entendemos que o caráter educativo, é extremamente necessário, que você fez referência, é mais bem provida através da equipe que desenvolve um trabalho, com os produtores rurais no sentido de melhor orientá-lo a sua produção, que é a velha e boa extensão rural. Então, essa retomada do trabalho de extensão, um trabalho quase que extinto na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Aqui temos estrutura, Renato Veneziani, pode ser testemunha disso e nós vimos minguar as estruturas, antes pujantes, que tinha em Guaratinguetá e

Pindamonhangaba. Então aquela velha casa da agricultura em que o agrônomo era uma das autoridades no município, não ocorre mais no estado de São Paulo como um todo. E a nossa visão foi justamente essa, através de iniciativas com propósitos diretos do Ponto Rural e da Sala do Empreendedor Rural, dar, oferecer esse caráter educativo da boa produção, do bom ordenamento, do bom manejo da sua propriedade rural que antes era exercido pela Guarda Municipal Ambiental, que também tinha essa linguagem por uma simples necessidade que não existia mais ninguém para fazer. Mas a Guarda mesmo do cunho fiscalizatório, estamos investindo, antes de se discutir mesmo daquela viatura com o guarda que é outra pegada, que nós tínhamos até a pretensão de fazer nesse novo PNMAR, montar uma base ainda uma ideia a se construir, mas estamos investindo nessa ação de fiscalização através da tecnologia. O próprio Observa tem essa função, temos números expressivos através do Monitora que é um sistema interno de trabalhar os indicadores detectados pelo Observa. E o Observa está sendo remodelado repaginado, para uma forma muito mais efetiva também de ação. Estamos preparando uma nova iniciativa tecnológica, que vamos apresentar assim que estiver pronta para o Comam. Uma iniciativa, assim como foi o Observa, pioneira na América Latina, sobre o desafio de fiscalizar o território de uma maneira mais eficiente com tecnologia. Manara agradece novamente Lincoln, e passa para o próximo assunto com o convidado Cláudio Scalli, da Agência Ambiental do Vale Paraíba, que há seis meses estão em jornada de



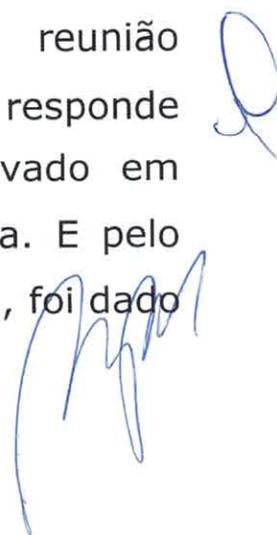
construção de um modelo de consórcio, com nome fantasia de agência, mas é um consórcio municipal. É inédito no estado de São Paulo e no Brasil. É o primeiro do estado de São Paulo a tratar exclusivamente de licenciamento ambiental e é o primeiro no país a tratar dessa forma. O Cláudio vai apresentar onde ele se diferencia dos outros estados que tem consórcios, que fazem várias coisas, inclusive uma parte do licenciamento, mas não como um todo. Lançamos esse desafio, percorremos, andamos e fomos conversar pessoalmente com os prefeitos, os secretários municipais de meio ambiente dos municípios do Vale do Paraíba. Então estamos nesse trabalho de articulação, conversando com o secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado e com a presidência da Cetesb. Importante já dizer de antemão, que isso não representa de forma alguma uma ruptura com a estrutura do estado, pelo contrário, o estado ele fomenta a organização dos municípios através de consórcios. A presidente da Cetesb, o secretário Trani, todos afirmaram e vêm afirmando, que dão esse endosso e acreditam nesse desafio, que é consolidar uma agência e também é um fator importantíssimo, que possibilita aos municípios exercitarem essa bandeira do licenciamento ambiental municipal, porque não é fácil, inclusive financeiramente essa estrutura para municípios pequenos que têm pouca arrecadação, desempenharem esse esforço do licenciamento. Quanto mais o licenciamento que vai para além do baixo impacto, o consórcio possibilita um equacionamento financeiro melhor, possibilita que faça um trabalho de baixo, médio alto

Para que se possa começara vislumbrar um pouquinho de energia solar, e favorecer a diversificação da planta energética para essa nossa região. Parabeniza e agradece a Lívia Correia, que participou conosco na Comissão Temática de Políticas Públicas referente às diretrizes do clima, o Net Zero, que estamos trabalhando no Consema. Com relação ao consórcio, Jefferson pergunta se os conselhos municipais continuarão deliberativo ou consultivo. Acredita que o deliberativo seria até melhor para dar mais incorporação técnica e acompanhamento dos trabalhos. Claudio Scalli agradece a Jefferson e responde que o conselho do consórcio, é deliberativo, porque ele é conselho fiscal e controlador social. Então o conselho do consórcio é consultivo e deliberativo. Sugere a criação de um conselho junto ao município e que eles sejam deliberativos, e consultivos, mas depende de cada município. Manara responde a Jefferson que a solicitação será registrada para que a solicite através do Comam o encaminhamento de um ofício à EDP solicitando o número de ligações que tem na área rural de São José dos Campos. Com a palavra Lincoln Delgado parabeniza a iniciativa e comenta que a nossa Constituição Federal com todos os defeitos que ela tem, é uma constituição municipalista, e aos poucos vamos trazer força para o município onde vivemos, acordamos, dormimos, trabalhamos. Fala que é preciso colocar o município à frente, sabe que além dos 10 municípios, está sendo feita uma gestão política para abranger mais municípios. Cada município tem uma dificuldade política, em comum uma questão ambiental que é a represa



do Jaguari e a represa de Paraibuna. É uma preocupação, porque existem uma série de demandas ambientais e uma dificuldade clara porque da extensão territorial, tanto da represa quanto também desses municípios. Lincoln sugere que continuem politicamente costurando, com o intuito de que todos os municípios que abarcam a represa de Paraibuna e Jaguari, por terem uma característica ambiental muito clara, mesmo São José sendo muito mais rico que Igaratá, mas os problemas que vivenciam referente a represa são praticamente os mesmos, é importante, então, que esses municípios tenham consciência disso e que possam também somar a essa agência. Manara agradece a Lincoln e informa que chegou a falar com o prefeito de Igaratá através de uma articulação do Juarez, que aliás, o Juarez enquanto secretário de Meio Ambiente de Igaratá, um dos primeiros municípios a licenciar, então ele já tem um exercício de licenciamento, mas o prefeito, a princípio, manifestou interesse em compor esses municípios fundadores e depois se afastou, não sabemos por qual motivo. Mas entendemos que é uma necessidade para o reservatório do Jaguari, o fato de São José dos Campos e Jacareí e Monteiro Lobato comporem esse esforço inicial. Claudio Sacalli complementa informando que tem que ter participação de municípios que tenham alguma semelhança, então por isso a bacia. Informa que está abrindo o consórcio na bacia do Paraíba, e aceitando também o Alto Tietê e com autonomia aos municípios. Após assinatura do protocolo, teve uma repercussão na imprensa positiva e estamos recebendo

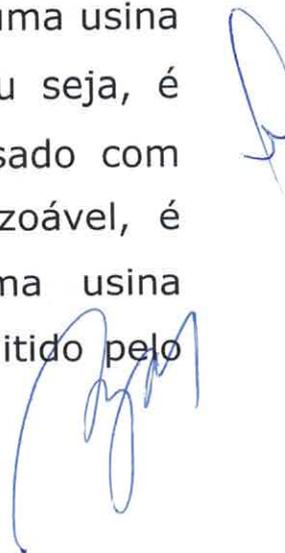
presidente da Câmara as argumentações em resposta a seis manifestações recebidas pela presidência da Câmara dos Vereadores. Tanto da OAB, do Desperta São José, da Defensoria Pública, do Lixo Zero, da pesquisadora Luciana Gatti. A nossa Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, não recebemos ainda qualquer contra argumentação. Manara acredita que esse assunto, ainda vai ser motivo de discussões na Câmara Municipal. Com a palavra Fernanda Fowler, da OAB que informa que recebeu a resposta da prefeitura na data de ontem, mas que ainda não teve tempo de analisar a resposta da prefeitura, porque a OAB está em reforma e as meninas estão trabalhando de *home office*, então elas não mandaram provavelmente no dia que você Manara encaminhou a resposta, mas que irá se manifestar por escrito. Sobre o substitutivo, ela solicita uma explicação mais detalhada sobre o artigo primeiro, não sabe se é frutífero falar sobre isso ou esperar a manifestação por escrito sobre a resposta e falar numa próxima vez. Manara acredita que seria mais proveitoso a todos os conselheiros, não desvirtuar agora a pauta. Abriu a sessão para manifestação do Ricardo a pedido, porque ele tinha um compromisso, mas não abriu o assunto para debate, pede licença aos conselheiros e responde a Dra Fernanda, que não tem prejuízo nenhum. Ricardo pede uma reunião extraordinária pra debater só esse assunto e Manara responde que na última reunião, ficou estabelecido e aprovado em plenária uma câmara técnica permanente de energia. E pelo que consta a secretária-executiva Marisa me informou, foi dado



15 dias para que os conselheiros se manifestassem sobre o interesse em participar e ninguém se prontificou a participar e poderíamos estar na reunião de hoje já dando posse a câmara técnica. Manara lembra aos conselheiros que submeteu para votação da plenária a partir de uma proposta do conselheiro Lincoln Delgado de criar uma câmara técnica permanente de energias. Assim foi feito, assim deliberado pela plenária com todos vocês participando e foi dado um prazo, de 15 dias para manifestação através de e-mail à Secretaria-Executiva, daqueles interessados em compor a câmara técnica. Inclusive o prazo de 15 dias foi dado justamente pra poder dar tempo de tomar posse já na reunião de hoje. Assim, Manara reabre a oportunidade para aqueles que quiserem ingressar, o formato de câmara técnica é de conhecimento de todos, são seis participantes, três do poder público, três da sociedade civil. Então aqueles queiram participar como representantes da sociedade civil se apresentem via e-mail nos próximos 15 dias para a Secretaria-Executiva, que a prefeitura vai indicar também os seus participantes. Por questão de ordem, Manara pede que seja enviado por e-mail, uma vez que tem pessoas que faltam na reunião, para elas tomarem conhecimento também. Manara dá continuidade a reunião, retomando as questões referente a agência e passa a palavra para Jefferson que cumprimenta a todos e dá boas vindas ao Claudio Scalli e gostaria de aproveitar a oportunidade para mencionar, parabenizar a equipe do Ponto Rural e solicita, se for possível, de saber quantos pontos de energia existem na zona rural.



casa dele, tudo totalmente digitalizado. Dando continuidade a implementação da agência, então no dia 30 a assinatura do protocolo de intenções muito bem lembrado pelo nosso prefeito aqui de São José. Esse protocolo de intenções tem 45 páginas, bem detalhado, bem explícito, e já se compromete com várias questões ele já é praticamente um contrato assinado. Os próximos passos é que cada prefeito aprove o projeto de uma lei nas suas câmaras ratificando esse protocolo. O prefeito assinou e a Câmara precisa ratificar esse protocolo. A ideia é que no dia dez de setembro é a data limite das publicações das leis, que os municípios publiquem, e através da publicação a lei vai ter valor. E no dia 15, o lançamento do consórcio, a primeira assembleia dos prefeitos. Finaliza a apresentação aberto a perguntas. Manara abre a palavra para Ricardo Law, pede informações sobre o projeto de lei para alteração da lei orgânica, para instalação de termoelétrica no município. Faz uma reflexão a todos que estão ouvindo que temos um aterro sanitário, que emite um combustível, o CH₄, gás metano. Esse gás metano por lei há muitos anos, é queimado, obrigatoriamente, então uma usina termoelétrica no aterro sanitário, que ela usaria esse CH₄, esse gás metano por força de lei, ele estaria sendo queimado só que dentro de uma usina termoelétrica, ou seja, gerando energia elétrica. Ou seja, é uma usina termoelétrica. Informa que tem conversado com cientistas, e eles concordaram comigo é muito razoável, é racional, essa ideia de que você pode ter uma usina termoelétrica, usando esse combustível que já é emitido pelo

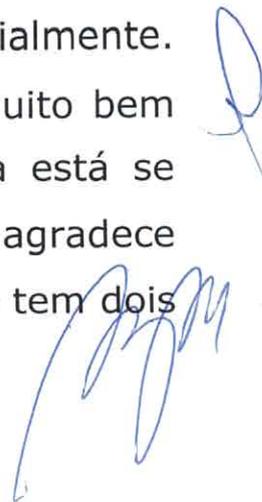


aterro sanitário. Pergunta se essa emenda agora vai suscitar mais discussões na Câmara e se essa semana não será votado projeto. Pede informações sobre quantos megawatts e a queima desse gás metano que tem hoje no aterro sanitário. Manara responde a Ricardo que com relação ao trâmite na Câmara, não tem informações se vai ser votado ou não. Quanto ao substitutivo, o Comam foi o primeiro a saber, sobre a mudança da lei orgânica, e foi colocado aqui as premissas, daquilo que seria alterado no texto "a", absorvendo, acolhendo algumas das manifestações recebidas é que surgiu essa vedação a incineração de resíduo sólido urbano, o que não conflita com o aproveitamento do biogás. O que você está citando é o biogás, que serve para a geração, segundo estudos para dois megawatts, já respondendo a última pergunta, um aproveitamento termoelétrico possível com esse texto proposto na Câmara. Então o fato é vedar incineração de resíduo sólido urbano, não quer dizer que veda o aproveitamento do biogás, porque ele não decorre de incineração de resíduos. Ele é tão somente, como você dito o gás metano, que é queimado já para o esforço, de evitar que ele comprometa, porque o gás metano, os efeitos negativos, é queimado hoje, e a Urbam deixa de aproveitar esse potencial termoelétrico. Ele já queima é falta somente colocar uma turbina e fazer gerar esses dois megas. Então o texto, colocado da forma como está, ele veda a incineração de resíduos, sem vedar o aproveitamento de biogás. Manara informa que a prefeitura, através da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade na sexta-feira, apresentou ao

do rateio, como todos os outros consórcios fazem. Município com mais população paga mais. Então nesse caso, em razão de São José ter uma população, muito maior do que os outros municípios de forma comparada são normais que nós tenhamos nesse balanço de contas São José dos Campos quase que subsidiando o funcionamento do consórcio, por uma razão lógica também. São José dos Campos vai demandar mais análises do que os municípios menores que chegarão mais empreendimentos que submetem. Então é um sistema muito justo de equilíbrio financeiro, então a questão do rateio e a questão dessas três entradas. Claudio continua agradecendo a complementação de Manara e continua as etapas de implementação da agência. Foi toda uma questão discutida, com recentemente uma reunião com prefeito e um *check-list* onde houve várias alterações, inclusive essa do conselho e da composição. No dia oito de julho tivemos a segunda oficina, que já mudou muitas coisas também. Foram discutidas questões jurídicas e questões políticas e no dia trinta e julho, foi a assinatura com todos os prefeitos, onde houve essa apresentação e uma coletiva com a imprensa, que foi muito bem repercutido. Foram feitas reuniões com o Ministério Público, para mostrar a eles a questão do consórcio e a transparência e ficou certo que eles terão fácil acesso e que não é necessário oficializar para saber de um licenciamento e do loteamento. Eles vão ter acesso direto, mas não podem acrescentar documentos, sendo exclusivo dos técnicos. Outra atividade foi uma articulação com a Secretaria de

Infraestrutura e Meio Ambiente, onde está ligado o Conselho Estadual, onde se aprova todos os licenciamentos do estado com a Cetesb. O secretário Trani participou representando a secretaria, na Cetesb participou, Queiroz, que é responsável por licenciamento e todos manifestaram apoio irrestrito aos consórcios. Estamos discutindo com Queiroz a revisão da 01 uma vez que ele entende muito de licenciamento e tivemos todo o apoio. Para complementar Manara fala a respeito do apoio que a Cetesb ofereceu de forma bastante objetiva, foi abrir através da Escola Superior da Cetesb, uma grade para o consórcio de capacitação dos técnicos e gestores. Essa capacitação é de duração continuada, então a Cetesb não só acolheu e incentiva, mas ofereceu esse importante apoio, porque a Cetesb é o maior órgão ambiental da América Latina, dotado de uma experiência enorme. Ele só não consegue ter agilidade, por uma deficiência estrutural, então, é muito importante, porque o consórcio já nasce com uma possibilidade de negociar uma grade de cursos ao longo de um ano para capacitar e absorver um pouco da expertise da Cetesb nesse caminho. Claudio lembra que outra demanda foi passada a eles é se podiam oferecer a plataforma digital deles, aconselharam que não já que estão mudando, pois já tem sérios problemas. Estamos pesquisando no mercado, já temos, seis propostas para estar discutindo essa plataforma, porque o consórcio vai ser todo digitalizado. A sede vai ser aqui em São José, mas o empreendedor lá de Pinda não precisa vir aqui em São José entregar documento. Ele vai fazer isso no escritório dele, na

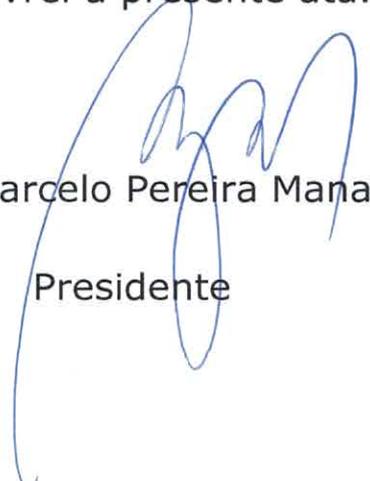
ligações de outros municípios querendo entrar. Esses vão entrar agora na segunda fase, após a assembleia e que esse é um trabalho contínuo. Com a palavra a conselheira Fernanda Fowler, da OAB, solicita o esclarecimento sobre as datas previstas para essas mudanças. São divididas em três fases, uma com funcionários públicos, uma com contratos por tempo determinado e uma terceira fase a partir de concurso público. Quanto tempo está prevista, se tem data para encerrar a primeira, segunda e terceira fase. Manara responde que não tem previsão, mesmo porque são escalas, etapas sugeridas, e que vai ser gerenciado pelo próprio consórcio. A proposta é uma forma de pensar, mas que depois, assim que assumida a plenária de prefeitos, eles passam ter total independência para determinar os seus próprios prazos e tal. O nosso estudo indica, que nessa primeira fase, lançado o consórcio em setembro, outubro, novembro e dezembro, ações estruturantes, somente com o secretário-executivo e os dois diretores. No começo do próximo ano abre-se o concurso público e o processo seletivo. Esse processo seletivo, ele pode, durar um ano, quer dizer, ele pode contratar para um ano, prorrogável por outro. No entanto, não temos data definida para as fases. Claudio Scalli agradece a todos que participaram da plenária e espera uma reunião com todos presencialmente. Parabeniza Manara pelos programas e pela cidade muito bem cuidada e pelo trabalho e que o consórcio cada dia está se tornando uma realidade. Muito obrigado. Manara agradece Cláudio Scalli pela presença. Informa que na plenária tem dois



conselheiros do Consema e para resumir, nós temos três assuntos e encaminhamentos registrados, Ricardo Law com uma moção, Jeferson sugeriu uma moção quando do falecimento da Sueleide e de Adalton Paes Manso e Jefferson também propôs um ofício do Comam à EDP, para informarem quantas ligações de energia tem na área rural. Por fim, Manara reitera o que foi discutido e aprovado na reunião passada com relação a criação de uma câmara técnica permanente, sobre energia e que os interessados têm um prazo de 15 dias para se manifestar com o seu interesse em participar. Com a palavra Lincoln Delgado que informou que esteve semana passada no PNMAR, em vistoria as construções que estão sendo feitas, colocou algumas opiniões a respeito de aprimorar inclusive as construções, um receptivo. Lembra que o parque, apesar de não ser um parque de grande visitação pública, ele não vai receber só pesquisadores, mas o cidadão comum também que queira ir lá e precisa ter uma imersão inicial logo na entrada do parque. Fala sobre a questão de 1000 câmeras que seriam instaladas do COI, no município e uma das câmeras ficou determinado no Comam que ela pudesse ser instalada na frente do PNMAR. É um patrimônio público, segundo ponto, ele teria certo controle da passagem de pessoas por ali, lembra que uma caminhonete ficou muito tempo esperando na estrada, pode ser alguém que seja um caçador, um palmiteiro. Sugere a colocação de câmeras, placas de controle de velocidades ou radar já que os veículos transitam nas imediações em alta velocidade isso irá inibir acidentes quando



o parque for reaberto. A câmara do COI irá inibir ações de degradadores naquela área. Manara responde que já falou com o secretário Bruno, que está coordenando esse contrato com o COI. Manara lembra que as câmeras do COI já diminuíram 63% o número de furtos de veículos em São José dos Campos e ali é uma rota de fuga. Então ele atende a essência dessa questão da segurança e tem essas outras vantagens adicionais do ponto de vista de palmiteiro, que são coisas recorrentes. Manara agradece a todos que participaram na plenária, presencial e remotamente, pede desculpas por ter estendido por mais 30min além do que é o nosso tempo de praxe, que estamos sempre cumprindo com o acordo dos conselheiros e participantes de termos 2h de reunião, mas foi muito oportuno e muito necessário, principalmente por contarmos com a visita do presidente da Anamma São Paulo para poder esclarecer essa iniciativa muito promissora para todo o Vale do Paraíba com relação ao consórcio. Nada mais a tratar, Presidente manara encerrou a reunião, e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva

